

DESCOLONIZAR OS ESTUDOS URBANOS EM ÁFRICA

CONFLITOS ARMADOS E SUSTENTABILIDADE URBANA EM CABO DELGADO

Silvia Amaral

O FENÓMENO

URBANIZAÇÃO INDUZIDA POR CONFLITO EM CABO DELGADO, MOÇAMBIQUE

Em Outubro de 2017, uma nova onda de conflito armado, enraizado em desigualdades sociais e económicas, e exacerbado pelo extrativismo estrangeiro, comércio ilegal de matérias primas e extremismo religioso, surgiu na província de Cabo Delgado, com um ataque a uma esquadra da polícia na cidade de Mocímboa da Praia por um grupo armado identificado como *Ahlu Sunnah Wa-Jama* (Maquenzi & Feijó, 2019; Matsinhe & Valoi, 2019). Nos anos seguintes os ataques aumentaram em frequência e robustez, contra instituições estatais, empresas privadas e contra a população civil em áreas rurais, com sequestros, assassinatos, violações, recrutamento forçado, destruição e ocupação de aldeias e vilas. Em resposta, o exército moçambicano, apoiado por agentes de segurança internacionais estatais e privados, retaliou de forma brutal e indiscriminada contra insurgentes e civis (Rogero, 2021).

Isto originou um deslocamento massivo, contínuo e ainda em curso da população rural dentro da província de Cabo Delgado e para as províncias vizinhas de Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala e Inhambane, de mais de 780 000 pessoas, em Fevereiro de 2022 (IOM, 2022). Desde o início do conflito, estima-se que mais de 150 000 pessoas tenham fugido para a capital provincial de Pemba (*idem*), representando um aumento de 75% na sua população urbana, registada em 200 000 habitantes nos *Censos 2017* (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique). Existem campos de acolhimento e assentamento temporários instalados nos arredores da cidade, mas alegadamente 75% dos deslocados permanecem em famílias de acolhimento nos bairros urbanos (*ibid.*).

Da mesma forma, pessoas deslocadas continuam a chegar à capital da província vizinha de Nampula, onde são observadas as mesmas ocorrências (Cortez *et al.*, 2020).

Este rápido crescimento demográfico induzido pelo conflito, e as mudanças nas dinâmicas com o interior rural devastado e despovoado, aceleram processos de urbanização e suscitam

desafios consequentes da crescente demanda de serviços básicos, recursos naturais, espaço e estruturas de governança pública.

Paralelamente, abrem também oportunidades para o desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável, se os intervenientes responsáveis enfrentarem efectivamente os impactos espaciais, sociais, económicos, políticos e ambientais desta rápida urbanização (Buscher, 2018).

A literatura académica sobre urbanização induzida por conflito no continente africano concentra-se essencialmente em duas dimensões: a dimensão humana – as dinâmicas do deslocamento forçado e do reassentamento populacional –, e a dimensão urbana – o poder transformador e os efeitos materiais e imateriais do conflito e violência nas cidades.

A dimensão humana deste fenómeno reflecte as motivações específicas que levam as pessoas deslocadas a optar por alojamento em centros urbanos em vez de campos de reassentamento, nomeadamente a busca de trabalho e meios de subsistência que permitam evitar dependências e restrições, a segurança física e o acesso a serviços básicos como o fornecimento de água, saneamento, saúde e educação. São importantes também as preocupações das comunidades de acolhimento, que carregam o peso das estruturas socioeconómicas, resultando, com frequência, em conflito social e na percepção de ameaça à segurança pública (Krobia & Cranfield, 2009). O movimento massivo de pessoas deslocadas para as cidades é caracterizado por relações caóticas de espaço, poder e violência, entre actores internacionais, autoridades e comunidades locais e recém-chegados, cujas vidas e meios de subsistência permanecem precários e inseguros nos lugares onde se instalam (Bakonyi *et al.*, 2019).

Do ponto de vista urbano, as cidades são “santuários” históricos de acolhimento às pessoas deslocadas por conflitos, muitas vezes na linha da frente na mitigação das necessidades mais imediatas de refúgio, alimentação e saúde, diante das respostas lentas dos governos centrais e organizações internacionais (Muggah & Abdenur, 2018). As consequências imediatas do influxo de população deslocada e o crescimento demográfico resultante, sobretudo em cidades pequenas, são a pressão sobre os recursos urbanos como terra, alimentos, abastecimento de água e meios de subsistência (Beall & Goodfellow, 2013), a expansão desordenada das áreas periurbanas, a densificação e superlotação dos bairros e das habitações, a degradação ambiental causada pelo aumento da desflorestação intensiva, dos resíduos urbanos não tratados e do saneamento não planeado, o aumento do consumo de água, e a perda de meios de subsistência devido à interrupção dos mercados, das redes de comércio e da disponibilidade de emprego (Spaliviero, 2015).

Por outro lado, os padrões específicos de assentamento habitacional, fluxos de mobilidade e dinâmicas económicas que surgem em ambientes rapidamente urbanizados por causa de conflitos armados dão origem a novas paisagens físicas, identidades sociais e estruturas de governança urbana – novos “cosmopolitismos” – que podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento sustentável dessas mesmas cidades (Buscher & Mathys, 2018, 2019; Oldenburg, 2018).

Em última análise, todas estas ocorrências afectam a percepção e interacção entre os cidadãos residentes e deslocados, as autoridades de gestão municipal e as instituições estatais (Beall *et al.*, 2011; Buyana *et al.*, 2020). É deste contexto de grandes carências humanas, mas também de grande potencial de desenvolvimento, que emerge a relevância de estudar o fenómeno da urbanização induzida pelo conflito armado na província de Cabo Delgado.

A EPISTEMOLOGIA AS ORIGENS DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL

Conhecimento é poder (Francis Bacon, 1597). E o conhecimento é produzido pelos poderosos para obter e manter o controlo sobre os dominados (Michel Foucault, 1969).

A jornada expansionista europeia começou no final do século xv, em plena transição do paradigma teocrático da Idade Média para a mentalidade moderna através da reforma intelectual e cultural do “Iluminismo”. A religião como fonte de todo o conhecimento foi substituída pela ciência, regida pela lógica; a espiritualidade como a mais alta aspiração humana foi substituída pela racionalidade; e o homem europeu auto-intitulou-se arquétipo universal (Grosfoguel, 2011). Foi neste contexto que se desenrolou a dominação territorial e militar e a exploração económica dos reinos europeus sobre regiões e povos nas geografias hoje designadas por “Sul Global” e “Oriente”. Essa dominação material estava enraizada e era justificada pela crença na supremacia europeia, operacionalizada por meio de uma doutrinação intelectual e cultural alicerçada na instituição da diferença, na divisão binária e na hierarquização de todas as dimensões da vida. Esta instituição abriu caminho para o domínio do modelo “europeu – capitalista – militar – cristão – patriarcal – branco – heterossexual – masculino” como padrão e norma, moldando profundamente a ordem mundial nos séculos seguintes (*ibid.*).

Com a industrialização das sociedades europeias no final do século xviii, e as profundas mudanças tecnológicas, económicas, políticas, sociais e intelectuais disso resultantes, as noções subsequentes de “progresso” e “modernidade” tornaram-se os padrões universais e hegemónicos de desenvolvimento. O “fracasso” de outras sociedades em alcançá-lo nas mesmas condições justificou a violência do colonialismo como uma obrigação moral de civilizar, converter e desenvolver as raças inferiores, ao mesmo tempo que permitia, longe dos olhos da sociedade civil, a extracção de recursos naturais, a exploração do trabalho escravo e a expansão de novos mercados de consumo que impulsionaram as economias europeias e vieram a constituir a sua actual riqueza (Childs & Williams, 2013).

A ascensão do nacionalismo, em muitas regiões colonizadas, no início do século xx, iniciou o longo processo de independência política através dos movimentos de libertação, e o ainda mais longo processo de desconstrução intelectual do imperialismo europeu em todas as áreas

do conhecimento, que continua ainda hoje (Fischer-Tiné, 2010). Dos precursores do anti-imperialismo intelectual, como Frantz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak, a pensadores pós-desenvolvimentistas e pós-coloniais, como Arturo Escobar, Aníbal Quijano e Walter Dignolo, e reflexões mais recentes sobre a descolonização das mentalidades e da vida política, social e económica de Achille Mbembe, Felwine Sarr e Roopika Risam (para citar alguns), um crescente grupo de filósofos e autores vem a desafiar a ordem secular imposta pelo “universalismo” europeu, e a resgatar cosmogonias ancestrais de espiritualidade, ecologia, diversidade e justiça (entre outros), nativas das suas culturas, como formas igualmente válidas de conceber a vida e o universo (Kothari *et al.*, 2019).

Este desafio à ideologia “ocidental” é, para mais, validado pelo reconhecimento inevitável das suas consequências políticas, sociais, económicas e ambientais, que se manifestam mundialmente, e se traduzem em desigualdades económicas e sociais, doenças mentais e físicas crónicas, abuso de direitos humanos e crise ecológica, e pela sua perpetuação em formas contemporâneas de “neocolonialismo”, por meio de agentes capitalistas neoliberais militares e económicos, e noções “neo-imperialistas” de desenvolvimento sustentável (Broto *et al.*, 2020; Parnell & Oldfield, 2014).

PENSAMENTO PÓS-COLONIAL EM ESTUDOS URBANOS

Se a atitude colonial se baseia na construção da diferença, na instituição da hierarquia e na divisão dicotómica entre “nós” - o “primeiro mundo” europeu civilizado, moderno, rico e, portanto, superior - e “os outros” - o “terceiro mundo” selvagem, arcaico, pobre e, portanto, inferior - essa ideologia traduz-se também no planeamento urbano.

Durante o domínio das nações europeias nas geografias do Sul e do Oriente, a urbanização das cidades coloniais ocorreu através da categorização e segregação dos seus residentes, da imposição de sistemas burocráticos importados, da organização racional do espaço e da reprodução estética dos estilos arquitectónicos da metrópole, com cidades divididas entre “centro/baixa” e “periferia/bairros” (Myers, 2011).

Epistemologicamente, a teoria urbana nasceu dos processos de urbanização observados na Europa e na América do Norte durante o séc. XIX, decorrentes da industrialização, do êxodo rural e do crescimento económico. As cidades ocidentais eram e ainda são consideradas o modelo de “modernidade urbana” – racionais, eficientes, limpas e, mais recentemente, sustentáveis e “verdes” – por conseguinte, o exemplo de “cidade de sucesso”, enquanto “as outras cidades” no “resto do mundo” são “tentativas fracassadas de desenvolvimento” – caóticas, disfuncionais, sujas e insustentáveis (Robinson, 2005).

Algumas consequências infelizes destas ideias normativas sobre o urbano são o desprezo das cidades do Sul e do Oriente como lugares de ausência e abandono, a recusa das suas características intrínsecas, a rejeição das suas alternativas de modernidade e da sua contribuição para o conhecimento científico universal sobre contextos urbanos. A mentalidade racional

e industrial Euro-Americana aborda as cidades como redes quantificáveis de infra-estrutura, tecnologia e burocracia, ignorando as suas dimensões sensoriais, emocionais e vividas, e perdendo de vista os seus principais actores: os habitantes urbanos (Mbembe & Nuttall, 2004; Simone, 2004).

A partir destas constatações, teóricos interdisciplinares contemporâneos vêm a reivindicar as “outras cidades” como pontos de partida válidos para a observação e teorização de fenómenos urbanos. As características comuns da urbanização num mundo globalizado – fluxos internacionais de capital, manufactura transnacional, migrações e diásporas – e novos cosmopolitismos – o emaranhado de culturas e economias urbanas e estruturas governança pública – são observáveis em cidades de todo o mundo (Robinson, 2005).

A teoria urbana pós-colonial procura, assim, abarcar a diversidade e a complexidade das realidades urbanas por meio de comparações horizontais em vez de hierarquizações verticais e categorizações dicotómicas (Patel, 2016). Em vez de olhar para as cidades do “Sul” e do “Oriente” como problemas a serem resolvidos através de soluções importadas, os urbanistas pós-coloniais visam apreender os motores da formação e mudança urbana (Parnell & Pieterse, 2016). Esta análise feita a partir da perspectiva dos seus habitantes é uma viragem pós-colonial nos estudos urbanos; é o reconhecimento de constructos analíticos como multiplicidade, heterogeneidade, hibridismo, informalidade e fluidez como alternativas válidas para a teorização científica sobre as cidades (Sandten & Bauer, 2016).

Metodologicamente, há uma chamada a descolonizar abordagens de pesquisa e ferramentas de representação além do cânone Euro-Americano. Métodos interdisciplinares, comparativos e colaborativos de produção de conhecimento, vozes não académicas de artistas, jornalistas e profissionais, e vocabulários não convencionais como cinema, exposições de arte, actuações interactivas como dança e teatro, literatura ficcional e fotografia estão a ser reivindicados como práticas válidas para observar, teorizar e comunicar a cidade. O objectivo primordial é preencher as lacunas entre a produção científica, as políticas públicas, a prática profissional e a vida urbana, para provocar mudança positiva que traga melhoria efectiva no quotidiano dos habitantes das cidades (Broto *et al.*, 2020; Mbembe & Nuttall, 2004).

“SOUTHERN URBANISM” - URBANISMO DO SUL

Embora várias décadas tenham passado desde a independência das nações africanas, legados coloniais ainda subsistem na gestão espacial, social, económica, política e ambiental da vida quotidiana. Muitos autores argumentam que o colonialismo nunca chegou efectivamente a terminar, com expressões neocoloniais do capitalismo e militarismo ocidentais continuamente presentes na política do continente (Sandten & Bauer, 2016). Muitos regimes independentes prolongam práticas disfuncionais de centralidade governativa, autoritarismo, programas “desenhados em gabinetes” com pouco conhecimento das realidades locais (em países

muitas vezes territorialmente vastos) e a apropriação política das elites locais (Myers, 2011). Em consequência, o urbanismo pós-independência, em muitas cidades africanas, perpetuou a burocracia centralizada e o espírito modernista da arquitectura europeia. Estas intervenções estiveram muitas vezes mais preocupadas com a expressão imagética do nacionalismo do que com a adaptação das políticas urbanas às realidades de informalidade que caracterizavam e continuam a caracterizar os assentamentos humanos, as actividades económicas e os meios de transporte nas cidades do continente (Silva, 2015).

Há, então, uma convergência para a necessidade de novos paradigmas nas cidades africanas que reflectam a sua heterogeneidade, incerteza e cosmopolitismo, e abordem questões de informalidade, desigualdade, direito à terra, justiça e alterações climáticas. Novas práticas de “Urbanismo do Sul” devem reconhecer a transição urbana cujo epicentro são as cidades africanas e asiáticas, os novos desafios ambientais, sociais e económicos desta transição, e a necessidade de teorias críticas e experimentações metodológicas ousadas, fundamentadas nas realidades, teorias e práticas das cidades do Sul Global (Parnell & Oldfield, 2014; Schindler, 2017).

A METODOLOGIA MÉTODOS VISUAIS PARTICIPATIVOS

Os espaços urbanos são lugares físicos objectivos, onde os residentes vivem as suas vidas materiais quotidianas através de interações corporais com os ambientes naturais e construídos das cidades. Simultaneamente, são universos metafóricos subjectivos, onde os cidadãos estabelecem relações interpessoais dentro de estruturas sociais, definidas por significados individuais e colectivos e relações dinâmicas de poder, entre autoridades institucionais e grupos informais (Menezes *et al.*, 2012; Rachel, 2016).

Os significados desta complexa interacção entre os seres humanos e o meio ambiente são constituídos por observações e experiências carregadas de valores, crenças e atitudes pessoais e colectivas, marcadas por ambientes sensoriais e memórias históricas. As culturas urbanas são feitas de imagens, sons, cheiros, sabores e experiências tácteis presentes, passadas e futuras (Moore *et al.*, 2008). Assim, para compreender as realidades materiais e imateriais das cidades, será relevante empregar métodos de pesquisa capazes de apreender a visão, a audição, o olfacto, o paladar e a vivência do espaço urbano, nas suas dimensões empíricas e analíticas. Além disso, em locais vulneráveis de conflito e violência, a complexidade social é muitas vezes invisibilizada pela marginalização de grupos minoritários e pela negligência das políticas públicas para lidar com esses fenómenos (Rewers, 2013).

Nesta linha, métodos visuais de pesquisa e representação podem ser particularmente úteis para retractar estas condições urbanas multissensoriais e conflituosas; capturar percepções e práticas qualitativas e contextuais além da avaliação quantitativa dos impactos do conflito nas cidades; dar visibilidade a grupos sociais excluídos, e produzir conhecimento espacial e

socialmente fundamentado, que possa contribuir para mudança e justiça efectivas (Gubrium & Harper, 2016; Lambert & Allen, 2016; Portela & Errandonea, 2017).

Além da adequação do emprego de metodologias visuais para analisar as cidades, é relevante considerar também o valor de abordar o urbano a partir da perspectiva de seus principais actores: os residentes da cidade – ver a cidade pelos olhos dos seus habitantes, de modo a permitir expressar as suas realidades vividas, identificar os seus desafios diários, e reflectir em conjunto para propor soluções úteis. A participação na pesquisa pode activar a cidadania e contribuir para sentimentos colectivos de pertença e iniciativa. Isto é ainda vez mais significativo – e mesmo necessário – em ambientes étnica e ideologicamente heterogéneos, como em regiões afectadas por conflitos armados (Rachel, 2016).

Os métodos participativos proporcionam aos tradicionalmente chamados “sujeitos de estudo” papéis activos nos processos e resultados da investigação, para produzir relatos inclusivos pelas suas próprias palavras e estruturas de compreensão, reconhecendo-os como “co-participantes da pesquisa”(Cervantes, 2019). Dar voz aos residentes urbanos e promover novas relações entre as principais partes interessadas é especialmente útil para estudar as cidades e a sustentabilidade urbana (Marengane & Croese, 2022).

A produção de fotografias e vídeos pelos habitantes urbanos, com câmaras fotográficas e telemóveis, ou por meio de desenhos e pinturas, é um caminho para desvendar as suas percepções e perspectivas sobre as realidades urbanas. Isto pode ser feito individualmente ou em grupo, em passeios pela cidade ou em momentos da vida diária. Estes métodos são também uma forma de aceder a lugares difíceis ou perigosos para o investigador, ou a eventos em que a sua presença possa contagiar as dinâmicas existentes e alterar a compreensão verdadeira dos fenómenos. Do mesmo modo, a produção participativa de cartografia, por meio de mapas desenhados à mão ou com recurso a sistemas digitais como imagens de satélite de acesso livre, podem tornar visível o que de outra forma seria “invisível”, especialmente em grupos marginalizados e em bairros negligenciados (Gubrium & Harper, 2016).

A análise participativa dos dados visuais faz-se em conjunto pelo investigador e pelos participantes, em entrevistas individuais e grupos focais, para observar as fotografias, vídeos e mapas produzidos, e discutir os fenómenos observados, por meio da técnica de elicitação visual. Os elementos visuais são usados como estímulos para desencadear memórias, reflexões, emoções e opiniões sem uma orientação estruturada por perguntas, permitindo conversas orgânicas a um ritmo fluído. Isto pode revelar espontaneamente informações sensíveis que seriam difíceis de abordar directamente, especialmente em contextos de violência, trauma e vulnerabilidade, como zonas de conflito (*ibid.*).

Por fim, outra dimensão significativa dos métodos visuais participativos é a co-produção de conhecimento, como veículo para quebrar a ideia de que a única fonte de informação e competência é a academia científica. A construção intencional de parcerias entre investigadores,

comunidades e autoridades permite preencher as lacunas entre investigação científica, políticas públicas e soluções práticas para a mudança urbana (Marengane & Croese, 2022).

DESIGN DA INVESTIGAÇÃO - UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO LONGITUDINAL

Em face do fenómeno de “urbanização induzida por conflito” que se visa investigar, e partindo desta reflexão pós-colonial dos estudos urbanos, concebeu-se um plano de pesquisa constituído por métodos visuais, numa abordagem participativa para recolha e análise de dados, e co-produção de conhecimento, para comparar os impactos da insurgência armada em Cabo Delgado, no desenvolvimento sustentável das cidades de Pemba e Nampula.

Pemba é a cidade costeira capital da província, cujas origens remontam ao auge da época Swahili, na África Oriental, durante o séc. XIII, e que foi formalmente estabelecida como porto comercial e posto administrativo durante a colonização portuguesa no séc. XIX. É actualmente a aglomeração urbana mais proeminente da província, com 200 000 habitantes (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), 2017), e é um lugar de encontro das etnias Makhuwa, Makonde e Mwani.

Desde o início da insurgência armada, tem sido um dos principais destinos das populações deslocadas (Cortez *et al.*, 2020).

Nampula é a cidade capital da província com o mesmo nome, denominada “a capital do Norte”, e terceira maior cidade de Moçambique, com 741 000 habitantes em 2017 (INE), com uma maioria de etnia Makhuwa. Surgida no séc. XV como posto avançado interior do sultanato Swahili de Mussa-bin-Bique, na actual Ilha de Moçambique, foi formalmente estabelecida como guarnição militar no início do séc. XX pelos colonizadores portugueses.

É igualmente um lugar de chegada e permanência de pessoas deslocadas pelo conflito na província vizinha (*ibid.*).

Sendo exemplos distintos de contextos urbanos africanos em termos de localização geográfica, história e desenvolvimento socioeconómico, ambas as cidades sofreram processos de urbanização induzidos por conflitos armados durante a Luta de Libertação Nacional (1964–1974), a Guerra dos Dezasseis Anos (1977–1992) e, agora, o novo conflito armado em Cabo Delgado (1917– ...); são, por isso, consideradas unidades de análise adequadas para este projecto comparativo.

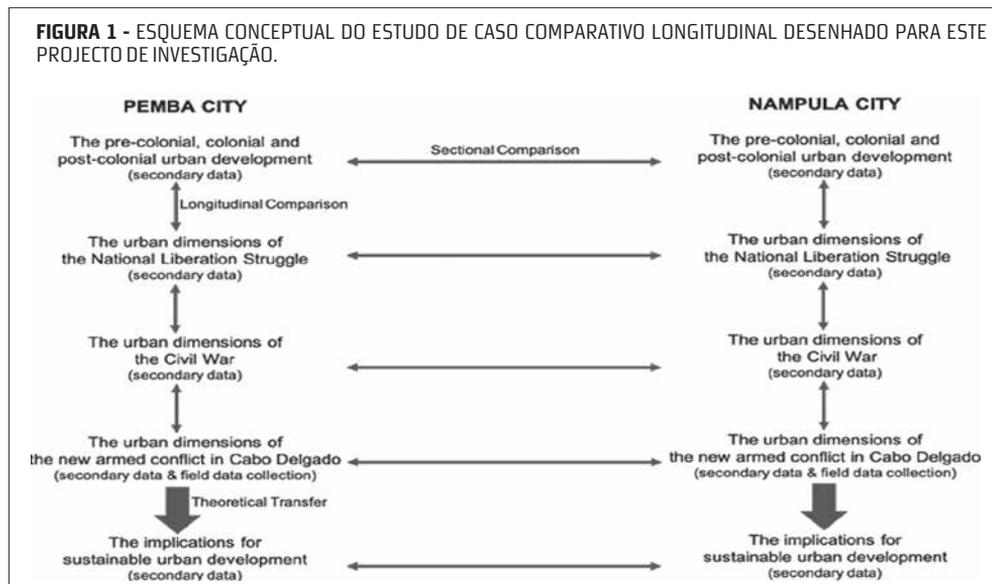
Esta comparação será então operacionalizada através de três questões de pesquisa:

1. Quais são os **impactos** dos conflitos armados nas cidades?
2. Quais são os desafios e oportunidades desses impactos para a **sustentabilidade urbana**?
3. Como é que os conflitos armados afectam a relação entre as **Pessoas**, as **Cidades** e o **Estado**?

Para responder a estas questões, foi concebido um **estudo de caso comparativo longitudinal**, para analisar as duas cidades durante os três períodos cronológicos de conflito armado. Os

impactos dos dois conflitos passados serão reconstituídos através de investigação existente e literatura publicada; o novo conflito será analisado através de recolha de dados primários.

FIGURA 1 - ESQUEMA CONCEPTUAL DO ESTUDO DE CASO COMPARATIVO LONGITUDINAL DESENHADO PARA ESTE PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO.



Os participantes da investigação serão os **actores urbanos**: residentes locais e deslocados, autoridades institucionais e costumárias, associações comunitárias e religiosas, empresários e trabalhadores, jovens e estudantes, de etnias, idades e géneros variados, seleccionados através do método de “*snowball sampling*”.

Através das suas vivências e experiências, procurar-se-á identificar, analisar e, enfim, compreender, as mudanças ocorridas nas cidades por causa do conflito armado, e de que modo estas concorrem negativa ou positivamente para a sustentabilidade urbana. Mudanças essas, como referido acima aquando da revisão da literatura sobre o fenómeno de urbanização induzida por conflito, que poderão ser de ordem espacial, ambiental, social, económica e política, e será a discussão com os participantes que permitirá discernir quais dessas dimensões, e quais variáveis dentro delas serão mais relevantes para o projecto em questão.

Para tal, imagens, vídeos e mapas serão recolhidos dos meios de comunicação ou produzidos pelos participantes e investigadores, e depois analisados em conjunto através do método de elicitação visual.

No espírito pós-colonial que pretende estabelecer pontes entre investigação académica, política pública, prática profissional e vida quotidiana, para dar origem a mudança positiva que melhore a vida dos residentes urbanos, os resultados deste estudo serão partilhados em quatro níveis:

1. **Interno:** partilha com os participantes do projecto de investigação;
2. **Académico:** publicação de artigos em revistas científicas e divulgação em conferências;
3. **Institucional:** informação aos decisores políticos municipais para possível integração em planos urbanos;
4. **Público:** eventos culturais em Moçambique e Portugal com exposição das fotografias, vídeos e mapas produzidos.

Este projecto de investigação pretende, assim, humildemente, contribuir para a descolonização dos estudos urbanos em Moçambique e Portugal, e para a transmutação dos traumas da guerra em oportunidades de desenvolvimento sustentável e prosperidade urbana.

REFERÊNCIAS

- Bakonyi, J., Chonka, P., & Stuvoy, K. (2019). War and city-making in Somalia: Property, power and disposable lives. *Political Geography*, 73, 82–91.
- Beall, J., & Goodfellow, T. (2013). Conflict and post-war transitions in African cities. *Africa's Urban Revolution* (pp. 18–34). Zed Books.
- Beall, J., Goodfellow, T., & Rodgers, D. (2011). *Cities, conflict and state fragility*. Working Paper, no 85. LSE.
- Broto, V., Robin, E., & While A. (2020). Postcolonial Thinking as a Way of Seeing, Decoloniality as a Research Praxis. *Climate Urbanism: Towards a Critical Research Agenda*. Palgrave McMillan.
- Buscher, K. (2018). African cities and violent conflict: the urban dimension of conflict and post conflict dynamics in Central and Eastern Africa. *Journal of Eastern African Studies*, 12(2), 193–210.
- Buscher, K., & Mathys, G. (2018). Urbanizing Kitchanga: spatial trajectories of the politics of refuge in North Kivu, Eastern Congo. *Journal of Eastern African Studies*, 12(2), 232–253.
- Buyana, K., et al. (2020). *Advancing the 2030 Agenda in African cities through knowledge co-production: urban experiments led by early-career African scientists*. International Science Council (ISC).
- Cervantes, N. (2019). Using Participatory Visual Methods in the Study of Violence Perceptions and Urban Space in Mexico. *International Journal of Conflict and Violence*, 13, 1–16.
- Childs, P. & Williams, P. (1997). *An Introduction to Post-Colonial Theory*. Routledge.
- Cortez, E., et al. (2020). *The number of internally displaced people in Mozambique has grown by about 2700% in two years: About 1.4% of the Mozambican population is currently displaced, due to the armed attacks in Cabo Delgado and in the Centre of the country*. CIP.
- Grosfoguel, R. (2011). Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*.
- Gubrium, & Harper, K. (2016). *Participatory Visual and Digital Methods*. Routledge.
- IOM (2022). *Yemen – Rapid Displacement Tracking Update (20 March - 26 March 2022)*. IOM.
- Kobia, K., & Cranfield, L. (2009). *Literature Review: Urban Refugees*. Immigration, Refugees and Citizenship Canada.
- Kothari, A., et al. (2019). *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. Tulika Books.
- Lambert, R., & Allen, A. (2016). Participatory Mapping to Disrupt Unjust Urban Trajectories in Lima. I. Pasquale & A. Pepe (Eds.). *Geospatial Technology: Environmental and Social Applications*. IntechOpen.

- Maquenzi, J., & Feijó, J. (2019). A maldição dos recursos naturais: mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir. *Observador Rural* n.º 75. OMR.
- Marengane, N., & Croese, S. (2022). Reframing the Urban Challenge in Africa – Knowledge Co-production from the South. *Journal of Urban Affairs*, 44(1).
- Matsinhe, D., & Valoi, E. (2019). *The genesis of the insurgency in northern Mozambique*. Institute for Security Studies.
- Mbembe, A., & Nuttall, S. (2004). Writing the World from an African Metropolis. *Public Culture*, 16(3), 347–372.
- Menezes, M., Allen, J., & Vasconcelos, L. (2012). Using visual methodologies to understand the urban cultural landscape. *Revista Lusófona de Arquitectura e Educação*, (6–7), 125–144.
- Moore, G., et al. (2008). The photo survey research method: capturing life in the city. *Visual Studies*, 23(1), 50–62.
- Muggah, R., & Abdenur, A. (2018). *Refugees and the City: The Twenty-first-century Front Line*. Research Paper no. 2. World Refugee Council.
- Myers, G. (2011). *African Cities: Alternative Visions of Urban Theory and Practice Paperback*. Zed Books.
- Oldenburg, S. (2018). Agency, social space and conflict-urbanism in eastern Congo. *Journal of Eastern African Studies*, 12(2), 254–273.
- Parnell, S., & Oldfield, S. (2014). *The Routledge Handbook on Cities of the Global South*. Routledge.
- Parnell, S., & Pieterse, E. (2016). Translational Global Praxis: Rethinking Methods and Modes of African Urban Research. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 236–246.
- Patel, S. (2016). *A Decolonial Lens on Cities and Urbanisms – Reflections on the System of Petty Production in India*. Working paper, no 245. Asia Research Institute.
- Portela, M., & Errandonea, L. (2017). The role of Participatory Social Mapping in the struggle of the territory and the right to the city – a case study in Buenos Aires. *ACM Digital Library* (pp. 100–104). ACM Digital Library. <https://doi.org/10.1145/3083671.3083676>.
- Rachel, K. (2016). Citizenship in action – participatory urban visualization in contested urban space. *Journal of Urban Design*, 21(5), 616–637.
- Rewers, E. (2013). Visual Methods in Cultural Urban Studies. *Visual Methods in Cultural Urban Studies*, 3(17), 191–192.
- Robinson, J. (2005). *Ordinary cities between modernity and development*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203506554>.

- Rogero, N. (2021). *Amnistia Internacional Informe 2020/21: O estado dos direitos humanos no mundo*. Relatório Anual. Relatório da Amnistia Internacional 2020/21.
- C. Sandten, & A. Bauer (Eds.) (2016). *Re-Inventing the Postcolonial (in the) Metropolis*, 188(20).
- Schindler, S. (2017). Towards a paradigm of Southern urbanism. *City*, 21(1), 47–64.
- Silva, C. (2015). *Urban Planning in Sub-Saharan Africa: Colonial and Post-Colonial Planning Cultures*. Routledge.
- Simone, A. (2004). People as infrastructure: Intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, 16(3), 407–429.
- Spaliviero, M. (2015). *Regional Spatial Planning Strategy of Darfur: Peace Building, Recovery and Development of Darfur - The Urban Factor*. United Nations Human Settlements Programme.